



## Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 7326686

Considerando as informações das unidades técnicas e os documentos instrutórios que compõem este expediente, especialmente o Termo de Referência (doc. 7210082), o Despacho DCMI (doc. 7213922), a existência de disponibilidade orçamentária à conta das dotações nºs 1091.03.122.703.2.009.0001.90.36-11 – Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.90.39-12- Fonte 10.1, e 1091.03.122.703.2.009.0001.90.39-13 - Fonte 10.1 (doc. 7212703), o parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa (doc. 7287969), que evidenciam o preenchimento dos requisitos legais pertinentes, autorizo o presente procedimento para locação do imóvel situado na Praça Doutor Gouvea, n.º 244, Bairro Centro em Poço Fundo/MG, a ser celebrado com Gilmarcos Paulino da Costa e Janice Aparecida Ferreira, pelo período de 60 (sessenta) meses, no **valor total estimado de R\$ 330.000,00** (trezentos e trinta mil reais), sendo **R\$ 240.000,00 para o aluguel** e **R\$ 90.000,00** para despesas com energia elétrica e água, mediante Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

À Superintendência de Gestão Administrativa, para publicação.

Márcio Gomes de Souza

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 03/05/2024, às 18:46, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **7326686** e o código CRC **D8A50F83**.